

RELATÓRIO E CONTAS



ANO 2025

Índice

Mensagem do Presidente	1
Introdução	2
Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra	3
Organograma dos Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra	6
Missão, Visão e Valores	6
Principais Objetivos do Código de Ética e Conduta.....	8
Respostas Sociais.....	9
Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)	9
Caracterização dos Idosos	15
Recursos Humanos	19
Indicadores Económico-financeiros	21
Introdução	21
Rendimentos e Ganhos	21
Gastos e Perdas	22
Resultados	22
Proposta de aplicação do Resultado Líquido do período de 2025.....	23
Contas do Exercício de 2025	24
Balanço e Demonstração de Resultados.....	25
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	28
Demonstração de Alteração dos Fundos Patrimoniais	30
Demonstração de Resultados por Valências.....	32
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	34
Convocatória da Reunião do Conselho de Curadores.....	53

Mensagem do Presidente

O exercício de 2025 apresenta um resultado positivo que se explica em grande parte pelo acréscimo em termos das verbas resultantes dos acordos com o Instituto da Segurança Social com a inclusão de mais dois utentes e revisão de valores, mas também pelo esforço contínuo de contenção de custos que tem sido colocado em prática pela Instituição.

Importa referir que esse não foi o espírito nem o objetivo do procedimento de revisão que foi levado a cabo, aliás antes da revisão aqui em causa tínhamos uma capacidade em ERPI para 22 utentes, todos abrangidos no acordo de cooperação.

A inclusão da totalidade da capacidade da nossa ERPI (31 utentes) no acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social I.P revela-se de crucial importância para a sobrevivência e viabilidade económica da nossa instituição, tendo em consideração as especificidades da nossa região, muito marcada pelo envelhecimento da população, com condições de habitabilidade muito precárias e muitas vezes desumanas, acompanhada da falta de recursos económicos que lhe permitam suportar os custos da sua institucionalização em ERPI.

Esta conjuntura desfavorável obriga a um enorme esforço financeiro da nossa instituição, uma vez que, sendo, como somos, uma entidade do setor social com forte cariz de apoio à população idosa do nosso concelho não podemos deixar de atender as necessidades desta mesma população.

Apenas a adequação dos acordos de cooperação permitirá também devolver no curto prazo a estabilidade económico-financeira que a Fundação necessita para poder, em pleno, prosseguir a sua missão social.

É, pois num quadro de otimismo temperado com prudência que são apresentados os resultados de 2025, numa perspetiva de melhoria para exercícios futuros, e reforçado o nosso compromisso de manutenção de uma prestação de serviços com elevados padrões de excelência.

A terminar, deixo uma palavra de apreço aos nossos funcionários e demais colaboradores pela qualidade de serviço que têm vindo a prestar.

O Presidente do Conselho de Administração,



José Raul Guerreiro Mendes dos Santos

Introdução

O Conselho de Administração da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, em respeito pelas suas obrigações legais e estatutárias, apresenta o relatório e contas do ano de 2025, o qual representa a expressão daquela que foi, sobretudo em termos económicos, a atividade da instituição neste ano civil.

O ano de 2025 apresenta um resultado líquido positivo em 54.511,88€.

O incremento do valor dos rendimentos e ganhos permitiu cobrir o valor dos gastos e perdas.

Foi mantido o esforço contínuo de contenção de despesas que conduziu a redução nalgumas componentes de Fornecimentos e Serviços Externos face a 2024, apesar de toda a pressão inflacionista, nunca perdendo o foco na qualidade do serviço a prestar.

O acréscimo dos gastos com pessoal reflete o efeito das atualizações salariais.

Não obstante as dificuldades, os órgãos sociais da FCPSS mantêm o foco nos objetivos traçados no início do mandato, e continuaram a emprestar à missão que se propuseram toda a sua dedicação, empenho e profissionalismo.

O Presidente do Conselho de Administração,



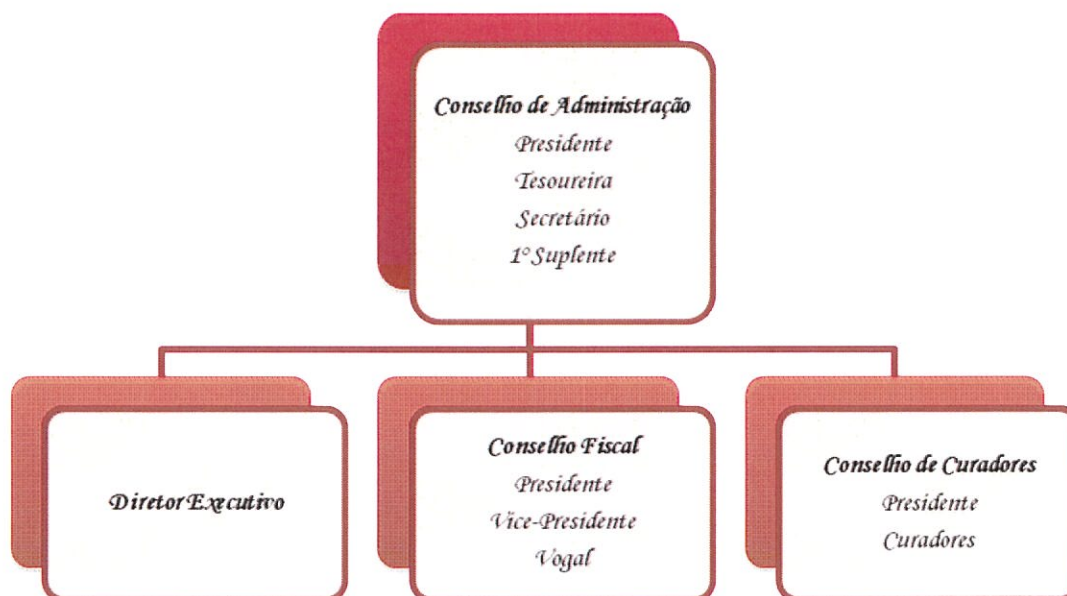
José Raul Guerreiro Mendes dos Santos

Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Presidente: José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos; Tesoureira: Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias; Secretário: Leonor Filipa Faustino Pinto de Barros; 1º Suplente: Maria de Fátima D` Almeida Dias; 2º Suplente Susana Isabel Pereira Quintino;
DIRETOR EXECUTIVO	Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias.
CONSELHO FISCAL	Presidente: Manuel Francisco Cristina de Brito Marcelino; Vice-Presidente: Telmo da Encarnação Afonso; Vogal: Jesuíno José Fernando Guerreiro.

CONSELHO DE CURADORES	José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos (Presidente); Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias; Bruno Alexandre Guerreiro; António Guerreiro; Joaquim José Guerreiro Rita; Dora Manuela Nobre Palhinha; Célia Maria de Brito Guerreiro Mendes; Jesuíno Coelho Rodrigues; Manuel Francisco Cristina de Brito Marcelino; Filomena de Jesus Ribeiro Parreira Dias; Marciano Guerreiro da Silva; Manuel Valério Guerreiro; Maria José de Brito Guerreiro Mestre; Jorge Martins Plácido; Manuel Coelho Rodrigues; Deolindo Afonso da Silva; Maria de Fátima D` Almeida Dias.
--------------------------------------	---

<p>MEMBROS EM SUBSTITUIÇÃO</p>	<p>José Diogo Morais dos Santos, em substituição de José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos;</p> <p>Anabela Guerreiro Loução Marcelino, em substituição de Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias;</p> <p>Marcelo Morais dos Santos, em substituição de Manuel Francisco Cristina de Brito Marcelino;</p> <p>Luís Carlos Machado Dias, em substituição de Maria de Fátima D`Almeida Dias.</p>
---	---

Organograma dos Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra**Missão, Visão e Valores****Missão**

A Fundação Casa do Povo de Santana da Serra é uma fundação de solidariedade social, sem fins lucrativos, que estabeleceu como missão contribuir para o fomento da ação social, nomeadamente através da proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho, do apoio a crianças, jovens e idosos, do apoio às famílias, do apoio à integração social e comunitária e do apoio e proteção aos deficientes, sempre com o objetivo de prestar serviços de elevada qualidade de profissionalismo.

Visão

Ser a instituição de referência no sector da ação e apoio social não só no concelho de Ourique, mas em todas as regiões onde esteja presente, reconhecida pela sua forte ligação à comunidade e excelência na sua capacidade de intervenção.

Valores

Responsabilidade - Para com os Clientes é o nosso dever central

Profissionalismo: - Assegurar um desempenho profissional e competente

Compromisso: Caminhar em direção à excelência

Solidariedade: Sempre presente nas nossas intervenções

Humanismo: As pessoas sempre primeiro

Confidencialidade: A confidencialidade vale por si própria. O sigilo é parte essencial da ética profissional

Integridade: A coerência da ação que desenvolvemos e a forma como os outros a vêem.

Modernização/Inovação: Orientação que conduz à autonomia, à independência e à liberdade criativa e responsável

Pró-atividade: É Ser fonte de resolução de problemas em vez obstáculo

Trabalho em equipa/cooperação: Forma de estar que não abdicaremos

Principais Objetivos do Código de Ética e Conduta

O presente Código de Conduta e Ética é o referencial orientador das nossas práticas profissionais e da autorregulação de condutas, facilitando a resolução de dilemas ou questões éticas que naturalmente surgem no nosso dia-a-dia.

Os objetivos principais são:

- Dar a conhecer de forma inequívoca aos Colaboradores, Clientes, Parceiros, Fornecedores e, de uma forma geral, a toda a Comunidade os valores preconizados, vividos e exigidos pela Fundação, fomentando relações crescentes de confiança entre todos eles;
- Reforçar os padrões éticos de atuação no seu conjunto, constituindo-se como um pilar da política de responsabilidade social desenvolvida pela Fundação;
- Cimentar na Fundação a existência e a partilha de valores e normas de conduta, reforçando uma cultura comum;

Respostas Sociais

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)

A Fundação Casa do Povo de Santana da Serra – Centro de Apoio à 3ª Idade é um Equipamento Social de alojamento coletivo que proporciona cuidados permanentes ou temporários.

Destinatários

Pessoas de idade igual ou superior a 65 anos, cujas problemáticas bio-psicossocial-social não possam ser tratadas através de outras formas de resposta.

Objectivos

Para esta instituição os utentes são o centro da sua ação, procurando sempre responder às suas necessidades, respeitando e promovendo os seus direitos.

Os objetivos da instituição passam por:

- ✓ Assegurar aos utentes uma vida equivalente à vivência familiar, na forma de cuidados coletivos e individualizados;
- ✓ Promover o bem-estar bio-psicossocial-social dos utentes;
- ✓ Proporcionar alojamento que assegure aos utentes uma vida confortável, respeitando tanto quanto possível a sua independência;
- ✓ Proporcionar cuidados permanentes que garantam a satisfação das necessidades diárias dos utentes;
- ✓ Contribuir para estabilizar e/ou retardar o processo de envelhecimento;
- ✓ Contribuir para a reabilitação de incapacidades físicas;

- ✓ Promover o fortalecimento das relações inter-familiares e a preservação dos laços familiares;
- ✓ Potenciar a integração social.

Serviços Prestados

- Alojamento (temporário ou permanente);
- Alimentação adequada às necessidades dos utentes, respeitando as prescrições médicas;
- Cuidados de higiene pessoal;
- Tratamento de roupa;
- Conforto dos espaços;
- Atividades de animação sociocultural, lúdico-recreativas e ocupacionais que visem contribuir, para um clima de relacionamento saudável entre os utentes e para a estimulação e manutenção das suas capacidades físicas e psíquicas;
- Apoio no desempenho das atividades da vida diária;
- Cuidados médicos e de enfermagem (engloba a administração de fármacos, quando prescritos).

Capacidade Instalada da ERPI

A instituição tem capacidade instalada de 31 utentes e acordo de cooperação para 24 deles. Nos termos do acordo de cooperação destas 24 vagas, 3 estão reservadas à segurança social.



Centro de Dia

O Centro de Dia consiste numa resposta social, desenvolvida no edifício-sede, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

Destinatários

É uma resposta social que se destina a acolher pessoas idosas, de ambos os sexos para a satisfação das suas necessidades básicas.

São objetivos do Centro de Dia de Santana da Serra:

- ✓ Prestar serviços que satisfaçam as necessidades básicas;
- ✓ Fomentar as relações interpessoais ao nível dos idosos, e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- ✓ Detetar as necessidades das pessoas idosas de forma a permitir um melhor planeamento e adequação dos serviços;
- ✓ Colocar à disposição das pessoas idosas as diversas formas de ajuda adequada à sua situação, de acordo com as necessidades expressas e a capacidade de resposta do Centro de Dia de Santana da Serra.
- ✓ Prestar ao idoso o acolhimento e informações necessárias;
- ✓ Prestação de apoio psicossocial.

Serviços prestados

Proporciona uma alimentação cuidada, presta cuidados de higiene e conforto e desenvolve atividades que fomentem o convívio propiciando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos seus residentes.

Capacidade Instalada

A Resposta Social de Centro de Dia da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra tem acordo de cooperação para 12 utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio.

Destinatários

Esta resposta social destina-se a pessoas idosas, adultos ou famílias quando, por motivos de saúde, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

São objetivos do Serviço de Apoio Domiciliário de Santana da Serra:

- ✓ Contribuir para que o idoso se sinta menos isolado e só;
- ✓ Fomentar as relações interpessoais ao nível dos idosos, e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- ✓ Detetar as necessidades das pessoas idosas de forma a permitir um melhor planeamento e adequação de serviços;

- ✓ Contribuir para a melhoria das condições de higiene, saúde e alimentação dos idosos que já não têm capacidade para realizar total ou parcialmente, as tarefas da vida diária;
- ✓ Promover alterações e adaptações do domicílio para que os utentes sejam o mais independentemente possível.

Serviços Prestados

- ✓ Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- ✓ Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- ✓ Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica;
- ✓ Tratamento da roupa do uso pessoal do utente;
- ✓ Atividades de animação e socialização, designadamente, animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade;
- ✓ Administração de medicação, quando prescrita pelo médico.

Capacidade Instalada

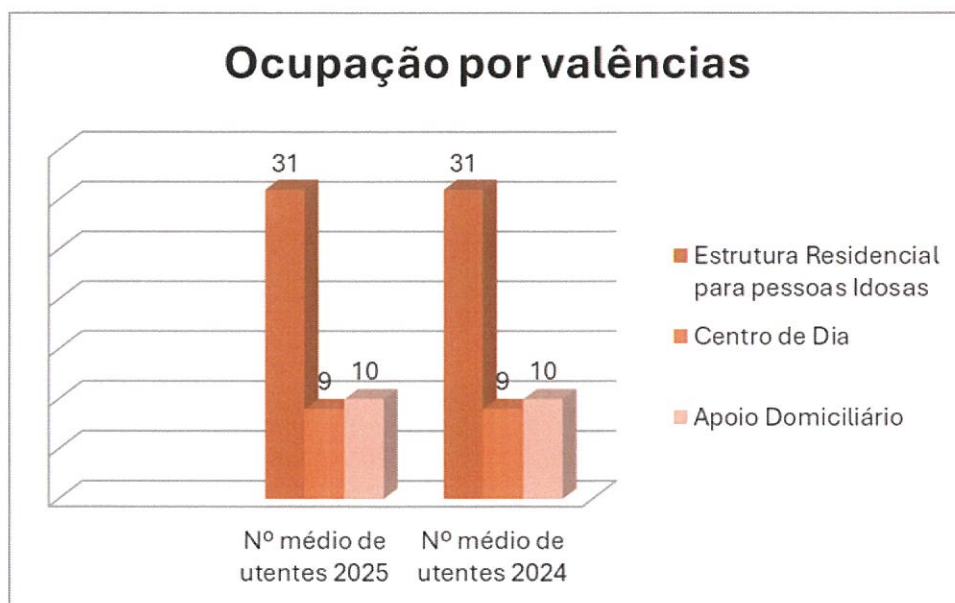
O Serviço de Apoio Domiciliário tem acordo de cooperação para 10 utentes.

Caracterização dos Idosos

Idosos – Fundação Casa do Povo de Santana da Serra

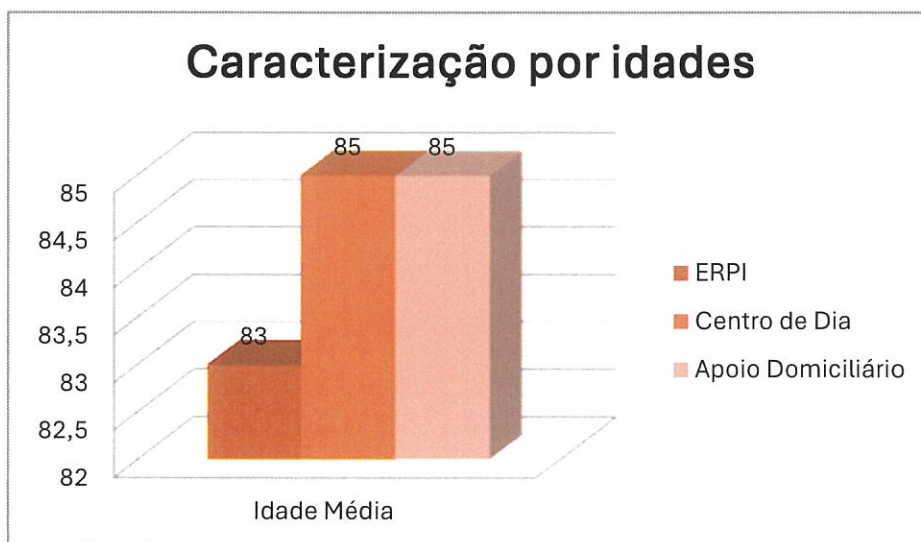
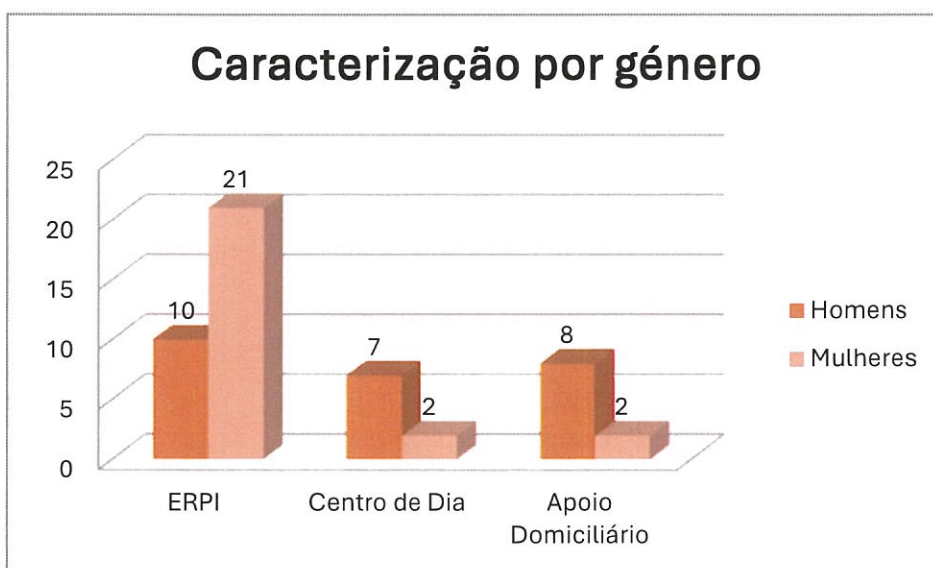
Valências	Nº médio de utentes 2025	Nº médio de utentes 2024
Estrutura Residencial para pessoas Idosas	31	31
Centro de Dia	9	9
Apoio Domiciliário	10	10

GRÁFICO OCUPAÇÃO POR VALÊNCIAS



Caracterização dos Utentes – 2025

Valências	Homens	Mulheres	Idade Média
ERPI	9	22	83
Centro de Dia	7	2	85
Apoio Domiciliário	8	2	85



Atividades Desenvolvidas

Numa instituição como a nossa, as diversas atividades não acontecem ao acaso, estão integradas num contexto, convergindo para o mesmo fim.

A política de apoio aos idosos desde o início delineada continua a caracterizar-se por um crescimento das atividades desenvolvidas de acordo com o previsto no plano de atividades.

Consideramos que globalmente foi um ano positivo. Atingimos quase todos os objetivos que programamos.

Realizamos algumas ações que criaram novas dinâmicas socioculturais.

Devido às exigências atuais é necessário melhorar permanentemente os serviços que prestamos aos utentes.

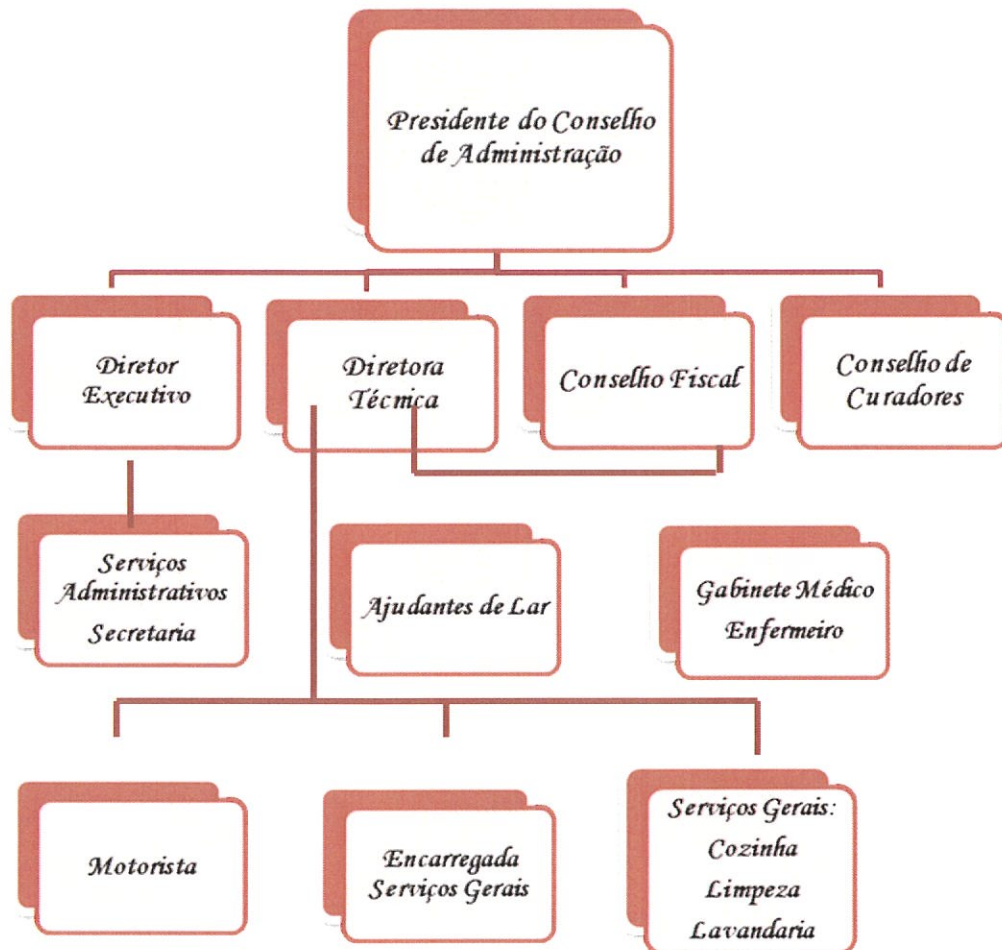
No ano de 2025 destacaram-se diversos eventos, que por reforçarem a união e a amizade entre os utentes e a instituição, que merecem ser sublinhados:

- ✓ Comemoração do Dia de Reis;
- ✓ Comemoração do Carnaval;
- ✓ Comemoração do Dia de Páscoa;
- ✓ Comemoração do Dia 25 de Abril;
- ✓ Comemoração dos Santos Populares;
- ✓ Comemoração do Dia do Idoso;
- ✓ Comemoração do Dia de S. Martinho;
- ✓ Almoço de Natal.



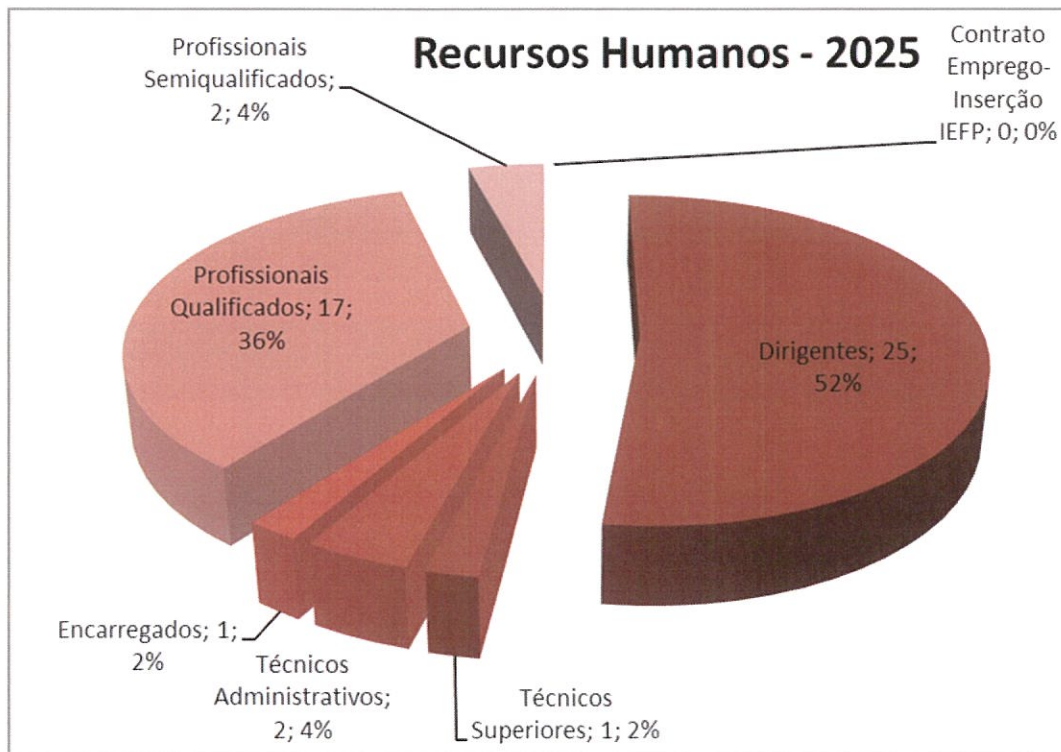
Recursos Humanos

Organigrama da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra



Balço Social da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra

Grupo de Pessoal	Nº Colaboradores 2025	Homens	Mulheres	Idade Média	Nº Colaboradores 2024
Dirigentes	25	16	10	58	26
Técnicos Superiores	1	0	1	41	1
Técnicos Administrativos	2	0	2	53	2
Encarregados	1	0	1	58	1
Profissionais Qualificados	17	1	16	48	16
Profissionais Semiquualificados	2	0	2	52	2
Contrato Emprego-Inserção IEFP	0	0	0	0	1



Indicadores Económico-financeiros

Introdução

De acordo com o disposto no artigo 20º alínea a) dos Estatutos da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, passamos a apresentar as contas relativas ao exercício de 2025 para discussão e votação.

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro de uma determinada entidade que seja útil nas recetivas tomadas de decisões económicas, permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que lhe foram confiados e colocados à disposição.

Para satisfazer este objetivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações do capital próprio.

Estas informações, contidas em mapas como o balanço, a demonstração de resultados, devem transmitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das contas anuais.

Rendimentos e Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2025	2024
Vendas e serviços prestados	694.408,98	563.307,78
Subsídios à exploração	8.732,88	2.897,77
Outros rendimentos e ganhos	28.244,15	33.253,25
Total	731.386,01	599.458,80

Na conta Vendas e serviços prestados são refletidos os proveitos com vendas de fraldas, as participações do Instituto Segurança Social I.P - Centro Distrital de Beja e as prestações de serviços ao longo do ano nomeadamente as mensalidades pagas pelos utentes.

Na conta Subsídios á exploração são refletidos os proveitos com as participações do IEFP e do IFAP.

Na conta outros rendimentos e ganhos são refletidos os proveitos com participação em transporte paga pelos utentes, imputação de subsídios ao investimento, restituição de impostos e donativos.

Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2025	2024
Custo das matérias consumidas	66.080,72	66.338,37
Fornecimentos e serviços externos	119.504,46	122.373,53
Gastos com o pessoal	461.934,32	424.499,43
Outros gastos e perdas	29.354,63	32.333,93
Total	676.874,13	645.545,26

No que se refere à conta Custo das matérias consumidas, são refletidos os custos com géneros alimentares e fraldas.

No que se refere à conta Fornecimentos e serviços externos, são refletidos os custos com trabalhos especializados, vigilância e segurança, honorários, conservação e reparação, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, material de escritório, artigos para oferta, lenha, eletricidade, combustíveis, água, deslocações, comunicação, seguros, contencioso e notariado, despesas de representação e outros.

No que se refere à conta Gastos com o Pessoal, são refletidos os custos com o pessoal da Instituição e o pessoal colocado no âmbito dos contratos protocolados com o IIEFP.

No que se refere à conta Outros Gastos e Perdas, são refletidos os custos com impostos indiretos e taxas, gastos de depreciação e amortização dos ativos devido ao uso e desgaste dos mesmos e custos das diversas despesas bancárias ao longo do ano.

Resultados

RESULTADOS	2025	2024
RENDIMENTOS E GANHOS	731.386,01	599.458,80
GASTOS E PERDAS	676.874,13	645.545,26
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	54.511,88	- 46.086,46

Foi apurado um resultado líquido POSITIVO no período para o ano 2025, de 54.511,88 Euros.

Proposta de aplicação do Resultado Líquido do período de 2025

Face aos elementos apresentados, o Conselho de Administração propõe o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2025.
2. Que o resultado líquido do período na importância de 54.511,88 Euros seja transferido para a conta de “Resultados transitados”.

Contas do Exercício de 2025

Balanço e Demonstração de Resultados

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA
BALANÇO PARA ESNL em 31 de DEZEMBRO de 2025

Data: 31/12/2025

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	854 495,07	875 420,71
Activos intangíveis	5		
Investimentos Financeiros	10	4 287,42	4 287,42
		858 782,49	879 708,13
Activo corrente			
Inventários	7	4 391,17	1 683,98
Clientes e utentes		4 831,00	
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	9		
Outras contas a receber		78,54	7 566,47
Diferimentos		6 224,10	5 902,68
Caixa e depósitos bancários		120 067,48	71 150,32
		135 592,29	86 303,45
Total do Activo		994 374,78	966 011,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		292 925,27	292 925,27
Resultados transitados		44 551,89	90 638,35
Outras variações nos fundos patrimoniais		498 112,50	521 936,05
		835 589,66	905 499,67
Resultado líquido do período		54 511,88	-46 086,46
Total do fundo de capital		890 101,54	859 413,21
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		22 321,08	30 406,12
Estado e outros entes públicos	9	10 730,70	9 934,39
Fianciamentos obtidos	10		
Diferimentos			
Outras Contas a pagar		71 221,46	66 257,86
		104 273,24	106 598,37
Total do Passivo		104 273,24	106 598,37
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		994 374,78	966 011,58

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 31/12/2025

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA ESNL

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2025

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	694 408,98	563 307,78
Subsídios à exploração	9	8 732,88	2 897,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-66 080,72	-66 338,37
Fornecimento e serviços externos		-119 504,46	-122 373,53
Gastos com o pessoal	11	-461 934,32	-424 499,43
Outros rendimentos e ganhos		28 244,15	33 253,25
Outros gastos e perdas		-901,39	-2 906,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		82 965,12	-16 659,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-28 453,24	-29 427,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		54 511,88	-46 086,46
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de Impostos		54 511,88	-46 086,46
Resultado líquido do período		54 511,88	-46 086,46

Demonstração de Fluxos de Caixa

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA
SERRA

Data: 2025/12/31

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA ESNL

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2025

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método Directo			
Recebimento de clientes e utentes		421 438,98	371 639,08
Pagamento a fornecedores		-174 844,12	-153 127,39
Pagamento ao pessoal	11	-317 330,03	-290 254,12
Caixa gerada pelas operacoes		-70 735,17	-71 742,43
Outros recebimentos/pagamentos		119 652,33	30 628,05
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		48 917,16	-41 114,38
Fluxos de caixa das Actividades de investimento			
Activos fixos tangíveis	4		
Investimentos financeiros	10		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	10		
Outras operacoes de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	10		
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		48 917,16	-41 114,38
Caixa e seus equivalentes no início do periodo		71 150,32	112 264,70
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		120 067,48	71 150,32

Demonstração de Alteração dos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 31/12/2024

DEMONSTRACAO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO N-1

Unidade Monetária: (EUR)

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores					Interesses que não controlam	Total dos fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajusta.out. variações nos fundos patrimonia	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	292 925,27	154 767,94	547 146,44	- 64 129,59	930 710,06		930 710,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
	2		- 64 129,59	- 25 210,39	64 129,59	- 25 210,39		- 25 210,39
			- 64 129,59	- 25 210,39		- 89 339,98		- 25 210,39
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				- 46 086,46	- 46 086,46		- 46 086,46
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				- 46 086,46	- 46 086,46		- 46 086,46
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Subsídios, doações e legados						-		-
	5				-	-		-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	292 925,27	90 638,35	521 936,05	- 46 086,46	859 413,21		859 413,21

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 31/12/2025

DEMONSTRACAO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO N

Unidade Monetária: (EUR)

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores					Interesses que não controlam	Total dos fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajusta.out. variações nos fundos patrimonia	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	292 925,27	90 638,35	521 936,05	- 46 086,46	859 413,21		859 413,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
	2		- 46 086,46	- 23 823,55	46 086,46	- 23 823,55		- 23 823,55
			- 46 086,46	- 23 823,55		- 69 910,01		- 23 823,55
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				54 511,08	54 511,08		54 511,08
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				54 511,08	54 511,08		54 511,08
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Subsídios, doações e legados						-		-
	5				-	-		-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	292 925,27	44 551,89	498 112,50	54 511,08	890 100,74		890 100,74

Demonstração de Resultados por Valências

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS						
CLASSE 7 RENDIMENTOS						
CONTA	RUBRICA	TOTAL	LAR	CENTRO DIA	APOIO DOMIC.	
71	VENDAS	7 290,50	5 394,97	801,96	1 093,58	
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	687 118,48	536 155,26	61 118,79	89 844,43	
721	QUOTAS UTILIZADORES (MENSALIDADES)	387 360,26	304 284,33	40 917,13	42 158,80	
722	ACORDOS COOPERAÇÃO	299 758,22	231 870,93	20 201,66	47 685,63	
75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	8 732,88	6 462,33	960,62	1 309,93	
751	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	456,39	337,73	50,20	68,46	
7511	ISS, IP	-	-	-	-	
7512	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS	456,39	337,73	50,20	68,46	
753	DOAÇÕES E HERANÇAS	8 276,49	6 124,60	910,41	1 241,47	
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	28 244,15	20 900,67	3 106,86	4 236,62	
781	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	1 195,00	884,30	131,45	179,25	
787	RENDIMENTOS E GANHOS EM INVEST. NÃO FIN.	-	-	-	-	
788	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	27 049,15	20 016,37	2 975,41	4 057,37	
7883	IMPUTAÇÃO DE SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO	17 145,79	12 687,88	1 886,04	2 571,87	
7885	RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS	2 304,82	1 705,57	253,53	345,72	
7888	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	7 598,54	5 622,92	835,84	1 139,78	
TOTAL RENDIMENTOS		731 386,01	568 913,23	65 988,22	96 484,56	
CLASSE 6 GASTOS						
CONTA	RUBRICA	TOTAL	LAR	CENTRO DIA	APOIO DOMIC.	
61	CUSTO DAS MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	66 080,72	48 899,73	7 268,88	9 912,11	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	119 504,46	88 433,30	13 145,49	17 925,67	
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	53 194,97	39 364,28	5 851,45	7 979,25	
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	12 761,55	9 443,55	1 403,77	1 914,23	
6223	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	-	-	-	-	
6224	HONORÁRIOS	25 665,30	18 992,32	2 823,18	3 849,80	
6226	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	14 768,12	10 928,41	1 624,49	2 215,22	
6228	OUTROS	-	-	-	-	
623	MATERIAIS	22 381,67	16 562,44	2 461,98	3 357,25	
6231	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO	1 848,13	1 367,62	203,29	277,22	
6233	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	378,91	280,39	41,68	56,84	
6234	ARTIGOS PARA OFERTA	1 838,39	1 360,41	202,22	275,76	
6235/6238	OUTROS	18 316,24	13 554,02	2 014,79	2 747,44	
624	ENERGIA E FLUIDOS	32 948,95	24 382,22	3 624,38	4 942,34	
6241	ELETRICIDADE	24 940,29	18 455,81	2 743,43	3 741,04	
6242	COMBUSTÍVEIS	3 236,11	2 394,72	355,97	485,42	
6243	ÁGUA	102,35	75,74	11,26	15,35	
6248	OUTROS	4 670,20	3 455,95	513,72	700,53	
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	1 257,71	930,71	138,35	188,66	
6251	DESLOCAÇÕES E ESTADAS DE PESSOAL	1 257,71	930,71	138,35	188,66	
626	SERVIÇOS DIVERSOS	9 721,16	7 193,66	1 069,33	1 458,17	
6261	RENDAS E ALUGUERES	1 019,14	754,16	112,11	152,87	
6262	COMUNICAÇÃO	2 770,41	2 050,10	304,75	415,56	
6263	SEGUROS	5 071,86	3 753,18	557,90	760,78	
6265	CONTENCIOSO E NOTARIADO	36,50	27,01	4,02	5,48	
6266	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	603,25	446,41	66,36	90,49	
6268	OUTROS SERVIÇOS	220,00	162,80	24,20	33,00	
63	GASTOS COM O PESSOAL	461 934,32	341 831,40	50 812,78	69 290,15	
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	373 900,68	276 686,50	41 129,07	56 085,10	
6321	REMUNERAÇÕES CERTAS	311 896,80	230 803,63	34 308,65	46 784,52	
6322	REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	62 003,88	45 882,87	6 820,43	9 300,58	
634	INDEMNIZAÇÕES	754,00	557,96	82,94	113,10	
6342	PESSOAL	754,00	557,96	82,94	113,10	
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	77 182,04	57 114,71	8 490,02	11 577,31	
6351/8	PESSOAL	77 182,04	57 114,71	8 490,02	11 577,31	
636	SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	9 249,00	6 844,26	1 017,39	1 387,35	
636	PESSOAL	9 249,00	6 844,26	1 017,39	1 387,35	
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	848,60	627,96	93,35	127,29	
6388	PESSOAL	848,60	627,96	93,35	127,29	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÕES	28 453,24	21 055,40	3 129,86	4 267,99	
642	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	28 453,24	21 055,40	3 129,86	4 267,99	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	901,39	667,03	99,15	135,21	
681	IMPOSTOS	318,39	235,61	35,02	47,76	
688	OUTROS GASTOS E PERDAS	583,00	431,42	64,13	87,45	
6883	QUOTIZAÇÕES	583,00	431,42	64,13	87,45	
6884/6888	OUTROS GASTOS E PERDAS	-	-	-	-	
689	CUSTOS COM APOIOS FINAN. CONCEDIDOS A ASSOC.	-	-	-	-	
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	-	-	-	-	
TOTAL GASTOS		676 874,13	500 886,86	74 456,15	101 531,12	
CLASSE 8 RESULTADOS						
818	RESULTADO LÍQUIDO	54 511,88	68 026,38	- 8 467,94	- 5 046,56	

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

01 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA é uma ESNL, constituída a 30-11-2016, com sede em RUA DO POÇO NOVO, 7670-613, SANTANA DA SERRA, e tem como atividade principal APOIO À TERCEIRA IDADE.

A FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA vem dar continuidade à atividade da Casa do Povo de Santana da Serra, com a transmissão de todos os seus bens, direitos e obrigações. Este é o princípio subjacente à análise comparativa com os anos anteriores.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

02 - REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

02.01 - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

"Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho, (Sistema de Normalização Contabilística) que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, relativa às Demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 26/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho;

"Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho, aprova o Código de Contas;

"Declaração de retificação n.º 41-A/2015 que corrige algumas inexatidões da Portaria 218/2015;

"Portaria 220/2015, de 24 de julho, aprova os modelos de Demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;

"Declaração de retificação n.º 41-B/2015, que corrige algumas inexatidões da Portaria n.º 220/2015;

"Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que homologa a Estrutura Conceptual;

"Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que homologa as NCRF-ESNL;

"Aviso n.º 8258, de 29 de julho, publica as Normas Interpretativas do SNC.

- Adaptação da FAQ39 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

02.02 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior, ressalvando a distinção relativa aos valores provenientes da Segurança Social relativa aos acordos de cooperação, contabilizados como Subsídios à Exploração no ano 2023 e como Prestação de Serviços no ano 2024.

03 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

03.01 - Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

03.01.01 - Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu

negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

03.01.02 - Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

03.01.03 - Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro ressalvando a distinção relativa aos valores provenientes da Segurança Social relativa aos acordos de cooperação, contabilizados como Subsídios à Exploração no ano 2023 e como Prestação de Serviços no ano 2024.

03.01.04 - Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

03.01.05 - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

03.01.06 - Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

03.02 - POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

03.02.01 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil esperada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 10 anos

03.02.02 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Estudos e projetos - 3 anos

03.02.03 - Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no FIFO.

03.02.04 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo a Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

03.02.05 - Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os

dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

03.02.06 - Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

04 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**04.01 - Divulgações Sobre Ativos Fixos Tangíveis****04.01.01 - Critérios de Mensuração usados para determinar a Quantia Escriturada Bruta**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

04.01.02 - Métodos de Depreciação usados:

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

04.01.03 - Vidas Úteis e / ou Taxas de depreciação Usadas:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

- Edifícios e outras construções - 50 anos
- Equipamento básico - 4 a 10 anos
- Equipamento de transporte - 4 a 5 anos
- Equipamento administrativo - 4 a 10 anos
- Outros ativos fixos tangíveis - 4 a 10 anos

04.02 - DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**04.02.01 - Quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade nos A.F.T.:**

Durante os períodos findos em 31-12-2024 e em 31-12-2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIÇÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERÍODO

	Situação inicial				Situação final			
	Qta Bruta	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª escriturada	Qta Bruta	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª escriturada
Terrenos e recursos naturais	107 672,02			107 672,02	107 672,02			107 672,02
Ed. e outras construções	1 125 001,18	375 819,28		749 181,90	1 125 001,18	396 770,05		728 231,13
Equipamento básico	137 025,19	136 907,93		117,26	144 552,79	138 260,55		6 292,24
Equipamento transporte	114 979,11	96 627,01		18 352,10	114 979,11	102 776,86		12 202,25
Equipamento administrativo	14 480,97	14 383,54		97,43	14 480,97	14 383,54		97,43
Outros A.F.T.	2 502,53	2 502,53		0,00	2 502,53	2 502,53		0,00
Total	1 501 661,00	626 240,29		875 420,71	1 509 188,60	654 693,53		854 495,07

04.02.02 - Quantia escriturada do excedente de revalorização e movimentos no início e final do período:

Durante os períodos findos em 31-12-2024 e em 31-12-2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as adições, revalorizações, alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PERÍODO

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Outros A.F.T.	Total
Activos:							
Saldo Inicial	107 672,02	1 125 001,18	137 025,19	114 979,11	14 480,97	2 502,53	1 501 661,00
Aquisições			7 527,60				7 527,60
Alienações							
Transferências e abates							0,00
Revalorizações							
Outras variações							
Saldo final:	107 672,02	1 125 001,18	144 552,79	114 979,11	14 480,97	2 502,53	1 509 188,60
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial		375 819,28	136 907,93	96 529,58	14 480,97	2 502,53	626 240,29
Depreciações do exercício		20 950,77	1 352,62	6 149,85			28 453,24
Perdas por imparidade do exercício							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações							
Transferências e abates							0,00
Outras variações							
Saldo final:	107 672,02	396 770,05	138 260,55	102 679,43	14 480,97	2 502,53	654 693,53

05 - ATIVOS INTANGÍVEIS

05.01.02 - Métodos de amortização usados para os ativos intangíveis com vida úteis finitas:

Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método de quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro.

QTA ESCRITURADA BRUTA E AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS NO INÍCIO E FIM PERÍODO

Ativos	Situação inicial				Situação final			
	Qta Bruta	Amortiz. acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª escriturada	Qtª Bruta	Amortiz. acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª Escriturada
Outros activos intangíveis	70 634.10	70 634.10			70 634.10	70 634.10		
Total:	70 634.10	70 634.10			70 634.10	70 634.10		

05.02 - Durante os períodos findos em 31-12-2024 e em 31-12-2025 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, perdas por imparidade, revalorizações e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PERÍODO

	Outros Ativos Intangíveis	Total
Activos:		
Saldo Inicial	70 634.10	70 634.10
Aquisições		
Saldo final:	70 634.10	70 634.10
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	70 634.10	70 634.10
Amortizações do exercício		
Saldo Final:	70 634.10	70 634.10
Activos Líquidos		

06 - DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

07 - INVENTÁRIOS

07.01 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

A Entidade valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em inventario no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados ou produzidos.

07.02 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31-12-2024 e em 31-12-2025, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

QUANTIA ESCRITURADA DOS INVENTÁRIOS

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Qtas Brutas	Perdas por Impar. Acum.	Qta Líquidas Escrituradas	Qtas Brutas	Perdas por Impar. Acum.	Qta Líquidas Escrituradas
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	4 391,17		4 391,17	1 683,98		1 683,98
Total:	4 391,17		4 391,17	1 683,98		1 683,98

07.03 - Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

QTA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERIODO

Descrição	31/12/2025		
	Mercadorias	Matérias Primas	Total
Inventário Inicial:		1 683,98	1 683,98
Compras		68 787,91	68 787,91
Reclassificação e regularização de inventários			
Inventário Final		4 391,17	4 391,17
C.M.V.M.C.		66 080,72	66 080,72

08 - RÉDITO

08.01 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Entidade reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados;
- b) Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- c) Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

08.02 - O rédito reconhecido pela Entidade em 31-12-2025 e em 31-12-2024 é detalhado conforme se segue:

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de bens	7.290,50	7.196,10
Prestação de serviços	687.118,48	556.111,68
Total:	694.408,98	563.307,78

09 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

09.01 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo**SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS**

Descrição	Subsídios de Entidades Públicas			Subsídios de outras Entidades		
	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados c/Activos /ao investimento	540 504,78	0,00	17 145,79	0,00	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	540 504,78		17 145,79			
Activos intangíveis						
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração		8 732,88	8 732,88			
Valor dos reembolsos no período respeitante a:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados c/activos ao investimento						
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração						
Total	540 504,78	8 732,88	25 878,67	0,00	0,00	0,00

10 - PESSOAL**10.01 – Gastos com o Pessoal**

Os gastos reconhecidos no exercício com o pessoal são os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com o pessoal:	461 934,32	424 499,43
Remunerações do pessoal	374 654,68	344 274,05
Encargos sobre remunerações	77 182,04	70 890,76
Seg ac.trab. e doenças profissionais	9 249,00	8 311,61
Outros gastos com o pessoal	848,60	1 023,01

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES

12.01 - Fornecimentos e serviços externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços especializados	53 194,97	57 010,31
Trabalhos especializados	12 761,55	13 337,43
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	25 665,30	27 455,10
Conservação e reparação	14 768,12	16 033,28
Outros		184,50
Material	22 381,67	20 910,70
Ferramentas	1 848,13	1 762,46
Material de escritório	378,91	665,92
Artigos para oferta	1 838,39	1 125,30
Outros	18 316,24	17 357,02
Energia e fluidos	32 948,95	33 380,66
Electricidade	24 940,29	24 270,61
Combustíveis	3 236,11	4 211,63
Água	102,35	102,92
Outros	4 670,20	4 795,50
Deslocações, estadas e transportes	1 257,71	1 759,23
Deslocações e estadas	1 257,71	1 759,23
Outros		
Serviços diversos	9 721,16	9 312,63
Rendas e alugueres	1 019,14	903,60
Comunicação	2 770,41	2 563,73
Seguros	5 071,86	5 163,70
Contencioso e notariado	36,50	20,00
Despesas de representação	603,25	591,60
Outros serviços	220,00	70,00
TOTAL	119 504,46	122 373,53

12.02 - Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2025 e 2024 a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos suplementares	1 195,00	1 785,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros:		
Correcções relativas a periodos anteriores	348,26	
Imputação de subsídios para investimentos	17 145,79	18 532,63
Restituição de impostos	2 304,82	1 755,76
Outros não especificados	7 250,28	11 179,86

12.03 -Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2025 e 2024 a seguinte composição:

OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	318,39	295,45
Correcções relativas de periodos anteriores		
Quotizações	583,00	500,00
Ofertas e amostras de inventários		
Outros não especificados		2 111,24
Juros suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Outros		

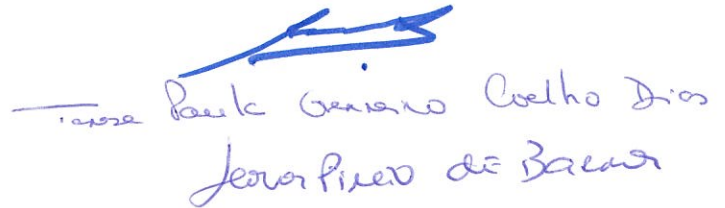
13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não ocorreram acontecimentos relevantes, suscetíveis de originarem ajustamentos às demonstrações financeiras:

O Contabilista certificado



O Conselho de Administração



Paulo Genesio Coelho Dias
Joaquim de Sousa

ANEXOS

Convocatória da Reunião do Conselho de Curadores

CONVOCATÓRIA

Reunião do Conselho de Curadores Fundação Casa do Povo de Santana da Serra

José Diogo Morais dos Santos, na qualidade de Presidente em substituição do Conselho de Curadores da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, vem nos termos do disposto nos artigos 14º, 15º e 27º alínea d) dos Estatutos, convocar todos os membros do mencionado Conselho de Curadores, a reunir no próximo dia 30 de Março de 2026, pelas 17 H 30 M, na sede da Fundação, sita na Rua do Poço Novo, em Santana da Serra, com a seguinte ordem de trabalhos:

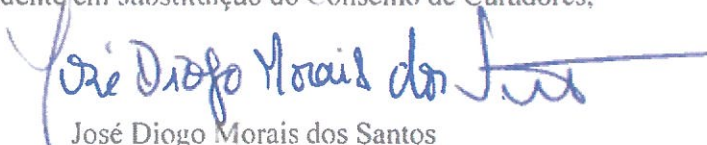
Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas do exercício de 2025, assim como do parecer do órgão de fiscalização.

Ponto 2 - Outros assuntos de interesse para a instituição.

Com os melhores cumprimentos,

Santana da Serra, 13 de Março de 2026

O Presidente em substituição do Conselho de Curadores,


José Diogo Morais dos Santos